

INTRODUÇÃO

Alvana Maria Bof

Gustavo Henrique Moraes

As grandes desigualdades que se expressam na realidade brasileira representam um dos desafios centrais para o novo Plano Nacional de Educação (PNE)¹. Na iminência da finalização do PNE vigente (2014-2024), abre-se um espaço crítico para reflexões e avaliações sobre o alcance de suas metas e diretrizes, com destaque para a superação das desigualdades, a promoção da equidade e da cidadania, o respeito aos direitos humanos e a valorização da diversidade. Esses pilares orientam a construção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos, garantindo acesso, permanência e conclusão.

O debate sobre o próximo PNE, já iniciado com a realização da Conferência Nacional de Educação (Conae) e com a publicação de documentos que enfocam questões relevantes ao desenvolvimento da educação no País, tem se intensificado desde o encaminhamento do Projeto de Lei nº 2.614/2024 ao Congresso Nacional. Essas discussões evidenciam a urgência de enfrentar as desigualdades que permeiam o sistema educacional, priorizando políticas de equidade para grupos historicamente marginalizados e assegurando um sistema educacional que contemple suas especificidades.

Dando continuidade a essas discussões, este volume 10 dos *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Política Educacional* oferece subsídios ao próximo PNE. A obra aborda temas cruciais, como inclusão, condições educacionais diferenciadas, acesso de

¹ Projeto de Lei (PL) nº 2.614/2024.

populações diversas à educação e resultados alcançados. Tais contribuições buscam superar desigualdades e garantir o direito à educação de qualidade, reafirmando o compromisso com a promoção da equidade.

O primeiro artigo, “Balanço do fechamento das escolas no meio rural brasileiro (2013-2023)”, de Adolfo Samuel de Oliveira, Alvana Maria Bof e Flávia Viana Basso, lança luz sobre a educação do campo, investigando o fenômeno do fechamento de escolas no meio rural do Brasil, que pode estar ameaçando o direito à educação das populações que lá vivem. Utilizando os dados do Censo Escolar da Educação Básica, o estudo apresenta um balanço sobre a evolução desse fenômeno no período de 2013 a 2023, dimensionando sua extensão, localização territorial e etapas e modalidades de ensino afetadas.

O segundo artigo, “Escolas indígenas, do campo e quilombolas: escolas com ‘localização diferenciada’ ou escolas com ‘educação diferenciada’?”, de Alexandre Ramos de Azevedo e Robson dos Santos, avança na discussão sobre a consecução do direito à educação para as populações indígenas, do campo e quilombolas por meio de uma educação diferenciada desenvolvida em escolas localizadas nos próprios territórios. Buscando responder à questão colocada no título, os autores indicam critérios para definir tais escolas e avaliam se as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) fornecem as informações necessárias ao monitoramento do Objetivo 8 do Projeto de Lei nº 2.614/2024 - “garantir o acesso, a qualidade da oferta e a permanência em todos os níveis, as etapas e as modalidades na educação escolar indígena, na educação do campo e na educação escolar quilombola”; sugerem ainda, provisoriamente, indicadores para o monitoramento das metas desse objetivo.

Na sequência, o artigo “Evasão escolar entre estudantes de escolas localizadas em terras indígenas e quilombolas”, de Márcio Alexandre Barbosa Lima, Edna Alessandra Pereira e Nicole de Lima Candeia, aborda um aspecto desafiador na consolidação do direito à educação para os povos indígenas e quilombolas: a garantia da permanência e da conclusão do ensino básico. Utilizando a base longitudinal do Censo Escolar da Educação Básica do Inep, os autores buscam identificar a evasão permanente entre os estudantes das escolas indígenas e quilombolas e comparar as chances de evasão escolar desses estudantes em relação a outros grupos com características semelhantes.

O quarto artigo, “As taxas de conclusão da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, uma face a mais da exclusão”, de Ana Elizabeth Maia de Albuquerque, Gustavo Henrique Moraes, Robson dos Santos e Susiane de Santana Moreira Oliveira da Silva, debruça-se sobre a garantia do direito à educação de brasileiros que não concluíram a educação básica. O estudo apresenta uma análise das taxas de conclusão dos estudantes da educação de jovens e adultos (EJA) integrada à educação profissional, buscando: i) identificar e caracterizar a oferta dessa modalidade no ensino médio; e ii) identificar formas de organização curricular que orientam essa oferta e que resultam em menor evasão. Para tal, os autores fazem uso

de análise documental da legislação pertinente aos marcos referenciais da integração curricular e de análises estatísticas descritivas de matrículas na etapa, com destaque para o cômputo das estatísticas de fluxo.

No artigo “Aprendizagem profissional no Brasil: uma estratégia de educação e trabalho”, Susiane de Santana Moreira Oliveira da Silva, Ana Elizabeth Maia de Albuquerque, Marilza Machado Gomes Regattieri, Cláudia Maria Mendes de Araújo e Robson dos Santos discutem a aprendizagem profissional, uma estratégia de educação que integra o saber fazer com a vivência aplicada no ambiente de trabalho, visando preparar jovens para a inserção laboral de maneira mais integrada e qualificada. O estudo faz uma retrospectiva das recentes mudanças na legislação, especialmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as quais reforçam a importância da aprendizagem e permitem que atividades do contrato de aprendizagem contem para a carga horária da educação profissional técnica de nível médio e, consequentemente, para o ensino médio quando desenvolvido com o itinerário da formação técnica e profissional, promovendo uma maior conexão entre educação e trabalho e facilitando a continuidade dos estudos. Os dados analisados destacam a inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade social, sublinhando o papel da aprendizagem profissional na promoção da equidade. Entretanto, embora seja uma oferta educativa relevante e uma das políticas públicas da educação profissional e tecnológica mais recentes, constata-se que ela não foi contemplada no PNE vigente.

Na sequência, o artigo “A trajetória educacional como estratégia para monitorar o direito à educação dos estudantes do público-alvo da educação especial”, de Clara Etienne Souza, Adriano Souza Senkevics e Clarissa Guimarães Rodrigues, focaliza o direito à educação do público-alvo da educação especial (PAEE). O estudo descreve as trajetórias escolares dos estudantes do PAEE utilizando os dados longitudinais do Censo Escolar da Educação Básica. Analisa-se uma coorte de 3.391.563 estudantes entre 2007 e 2019, sendo 119.203 (3,5%) classificados como PAEE, subpopulação que inclui estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. A análise revela que, enquanto cerca de 42% dos estudantes não pertencentes ao PAEE têm trajetórias regulares e concluem a educação básica na idade adequada, para os estudantes PAEE esse percentual é de apenas 15%. Também são realizadas pesquisas considerando o nível socioeconômico (NSE) e focalizando os estudantes com trajetória escolar interrompida antes da conclusão da educação básica.

O artigo “Índice de Iniquidades Interseccionais (Triplo I) e Índice de Qualidade com Equidade (IQE): aplicação com dados do Saeb e implicações para o novo Ideb”, de Guilherme Lichand, Gustavo Henrique Moraes, Rodrigo Megale e Thiago Costa, apresenta uma contribuição metodológica para o cômputo das desigualdades de aprendizagem segundo gênero, raça/cor e nível socioeconômico que muito importa no contexto de revisão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), sobretudo para que passe a contabilizar tais desigualdades. O trabalho evidencia a aplicação de um novo método – o Índice de Iniquidades Interseccionais (Triplo I)

– ao desafio de medir qualidade educacional equitativa no ensino básico brasileiro. Computam-se o Triplo I para escolas, municípios e estados brasileiros usando dados das avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática do Saeb, em 2019 e 2021, para o 5º e 9º anos do ensino fundamental e para a 3ª série do ensino médio; e o Índice de Qualidade com Equidade (IQE), que penaliza a proporção de alunos proficientes por (1) desigualdades interseccionais e por (2) problemas de cobertura na avaliação, seja em função de seletividade das escolas na aplicação dos exames, seja em função de trajetórias educacionais irregulares dos estudantes. Os resultados trazem novas descobertas sobre o acesso à qualidade educacional equitativa no País.

A temática relativa aos professores da educação básica é abordada no artigo “Onde estão os professores? Trajetórias ocupacionais dos egressos das licenciaturas”, de Luiz Carlos Zalaf Caseiro, Alvana Maria Bof e Fabiano Cavalcanti Mundim. Dando continuidade a estudo anteriormente realizado, que indicava o ingresso de somente cerca de um terço dos concluintes dos cursos de licenciatura na carreira docente da educação básica, o estudo investiga para onde vão, no mercado de trabalho, os licenciados que não seguem a carreira do magistério. Utilizando dados do Censo da Educação Superior (Censup), do Censo Escolar da Educação Básica e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), os autores analisam o quantitativo e o perfil dos egressos dos cursos de licenciaturas (seja de Pedagogia, seja de formação específica) e daqueles que ingressaram na docência, buscando identificar em quais ocupações estão os licenciados que não atuam como professores.

A profissão docente também é tema do artigo “Atendimento do piso do magistério nas redes públicas: uma análise a partir dos dados do Censo da Educação Básica e da Rais”, de Fabiana de Assis Alves e Rachel Pereira Rabelo. As autoras partem da Meta 17 do PNE vigente, que trata da valorização da profissão docente, e abordam o cumprimento da estratégia referente à Lei nº 11.738/2008, conhecida como Lei do Piso, que define o valor mínimo nacional a ser pago aos profissionais do magistério público da educação básica. Com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o estudo revela que, em sete das 27 redes estaduais/distrital (25,9%) e em 1.856 das 5.201 redes municipais avaliadas (35,7%), mais de um quarto dos contratos analisados não atendem ao piso salarial. Essa situação é ainda mais crítica nos contratos de professores não efetivos, evidenciando que a precarização dos vínculos contribui para a desvalorização desses profissionais. Após 15 anos, o cumprimento da lei ainda enfrenta desafios, reforçando a necessidade de políticas públicas mais eficazes e maior investimento para valorizar a carreira docente.

Finalmente, o artigo “Metodologia de cálculo dos custos médios dos segmentos do Fundeb por camadas: uma análise sobre o número de alunos por turma de tipologias selecionadas”, de Marcelo Lopes de Souza e Fabiana de Assis Alves, contribui para a metodologia de apuração dos custos médios das diferentes tipologias de turmas estabelecidas no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e

de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Um aspecto relevante no dimensionamento desses custos é a quantidade de alunos por turma. O estudo compara a referência normativa sobre o tamanho das turmas com a realidade observada nas escolas brasileiras utilizando o Parecer nº 9/2009, do Conselho Nacional de Educação (CNE), e o indicador Média de Alunos por Turma (ATU), do Inep. Os resultados mostram que, na maioria das etapas, muitas escolas apresentam uma média de alunos por turma abaixo da referência máxima do CNE, o que, embora não seja necessariamente negativo do ponto de vista da qualidade, gera custos operacionais mais elevados. O trabalho corrobora a necessidade de um ponderador mais elevado para as escolas rurais, uma vez que, nelas, o número de alunos por turma é bem menor do que nas escolas urbanas, o que gera maiores pressões de custos.

A continuidade das reflexões e análises aqui propostas reforça a importância de um PNE que vá além do alcance de metas quantitativas, promovendo um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e equitativo. Esta publicação, assim como o trabalho desenvolvido pelo Inep, desempenha um papel crucial nesse processo, ao prover dados, estudos e análises que fundamentam o planejamento e a execução de políticas públicas educacionais. Por meio da sistematização de informações e da produção de conhecimento, o Inep se consolida como um ator estratégico na identificação de desafios, no monitoramento de avanços e na formulação de soluções para a superação das desigualdades educacionais e para a garantia do direito à educação de qualidade para todos e todas.